

jornal cidade de Iguape
22-28/3/97 5
23

BARRAGEM DO TIJUCO ALTO

Reuniu-se na sede do Ibama-Iguape (Escritório Regional/Apa Cananéia-Iguape-Peruíbe), do dia 10 a 17 último, a equipe técnica multidisciplinar que avaliou o projeto de implantação da Usina Hidroelétrica/Barragem do Tijuco Alto, que o grupo Votorantim (CBA) pretende ver construída no alto curso do rio Ribeira de Iguape, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, a 10 km à montante da cidade de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR) e aproximadamente 333 km de sua foz no Oceano Atlântico, em Iguape. A área a ser inundada pela Usina/Barragem do Tijuco Alto é de 43,2 km² e o objetivo é o aumento da oferta de energia do complexo metalúrgico da CBA em Mairinque (SP), ora em fase de ampliação.

A construção da Usina/Barragem do Tijuco Alto está envolta em intensa polêmica, reavivada ainda recentemente pela cheia que castigou o Vale do Ribeira em janeiro-fevereiro último, cheia que só teve paralelo com a calamidade de 1983. Nesse sentido, o Comitê da Bacia Hidrográfica, presidido pelo prefeito de Registro, Samuel Moreira, aprovou em sua última reunião uma moção favorável à construção da barragem do Tijuco Alto, como ainda de três outras barragens, estas pela Cesp, que aliás acaba de anunciar que não tem mais interesse nas mesmas. Vendida como solução para as enchen-

tes por uns, a barragem do Tijuco Alto não passaria para outros, na verdade, de acordo com os estudos técnicos disponíveis, de um mero e precário paliativo.

O fato é que o processo todo, ainda que prestes a completar dez anos de tramitação, patina, e nenhum lobby, de nenhuma ordem, teve ainda o condão de provocar o desencanto. Uma ação civil pública que corre na 8a. Vara da Seção Judiciária de São Paulo decidirá ainda que órgão público (federal ou estadual, o Ibama ou a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e do Paraná, respectivamente) é o responsável pela licença prévia de construção da Usina/Barragem. Para o Ministério Público Federal, a licença deve (ou não deve) ser dada exclusivamente pelo Ibama, e por isso a reunião técnica de uma semana realizada em Iguape. Agora, uma vez analisado o parecer técnico do Ibama, o Ministério Público deverá marcar data para uma Audiência Pública, que possivelmente se realizará na cidade de Ribeira, em abril.

Integraram a equipe técnica do Ibama: Alarico Jácomo (geólogo); Ítalo Mazzarella (biólogo); Luiz Laroca (eng^o civil); Maria Lúcia Pardi (arqueóloga); Nilton Fornasari (geólogo); Rosa Lóes (eng^o civil); Rubens Mendonça (eng^o florestal); Sílvia Guedes (bióloga); Valtency Negrão (eng^o agrônomo); e Wilson Lima (administrador).